



ATA DE REUNIÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - UNILA

ATA 29 - NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA - UNILA

Aos 29 de novembro de dois mil e vinte e um às 15h horas, reuniram-se por meio da plataforma Google Meet, os integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Políticas Públicas - APPP da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, os professores Eduardo Fava Rubio, Lígia Maria Heinzmann, María Alejandra Nicolás e Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski. Jamur Johnas Marchi não apresentou justificativa para sua ausência. O **único ponto de pauta** concerne o tema da curricularização da extensão. Na última reunião de NDE o tema já foi debatido e foi agendada reunião com a PROEX para esclarecimentos. A reunião foi realizada em 1º de junho de 2021 e contou com os membros deste NDE e com Carlos Norberto Berger, do DENDC/PROGRAD, Kelly Daiane Sossmeier e Michele de Oliveira Jimenez da PROEX. Foram relatadas as dificuldades para transformar 368h do curso de APPP em atividades de extensão. Em suma, a Pró-reitora informou que aguarda que o Ciclo Comum elabore uma nova proposta de mudança do seu PPC e que por enquanto não há expectativa de que o ciclo comum contemple a extensão no PPC. A Pró-reitora ressaltou que existem 3 possibilidades: disciplinas de extensão, disciplinas mistas e atividades livres de extensão. Michele da PROEX explica que fez análise do PPC de APPP e que há uma grande carga horária de atividades complementares, parte delas poderia ser transformada em extensão. Michele também analisou quais as disciplinas que poderiam ter atividades de extensão inseridas, sugerindo: Políticas Públicas II, Gestão de pessoas para o setor público, Elaboração e gestão de projetos públicos e Ateliê I e II. A Pró-reitora enfatiza que deveríamos inserir atividades de extensão em disciplinas optativas e projetos com temas transversais, explicando que o caminho “mais difícil” é o de inserir horas de extensão nas disciplinas, o mais “simples” seria estimular os estudantes a se engajarem em projetos de extensão vigentes. A respeito do horário, Kelly explica que não é obrigatório que as horas de extensão sejam cumpridas no horário noturno, que os planos de trabalho só devem ser registrados se são discentes bolsistas e recomendou que horas das atividades complementares sejam transformadas em atividades de extensão - ACE. Michele da PROEX enviou documentos da UFAL, UDESC e da UFRN. Tome-se por exemplo o PPC da UFAL. Nele consta que: “As ações de extensão propostas neste programa envolvem docentes de diversas áreas da administração (estratégia, marketing, finanças, operações, gestão de pessoas, projetos, métodos quantitativos, entre outras), bem como podem ser realizadas em parceria com organizações públicas, privadas ou da sociedade civil. O Programa contará com atividades ministradas pelos docentes, discentes e técnicos da UFAL, além dos parceiros firmados para a realização das ações. Reitera-se que a participação do aluno é um dos pilares das ações que viabiliza a extensão como momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político na busca da identificação e se necessário intervenção nos problemas locais e regionais do Estado” (p. 34). O programa da UFAL é nas áreas de Educação, Tecnologia e Produção, e Trabalho. O “O objetivo do programa de extensão é desenvolver ações de extensão (projetos, cursos e eventos), como processo acadêmico definido e efetivado na promoção do empreendedorismo a partir das dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas locais, a fim de promover desenvolvimento territorial, além de indispensável na formação do estudante, no trabalho dos professores, por meio do intercâmbio de conhecimentos com a sociedade no campo da



gestão” (p. 35). O período de realização é entre o terceiro e oitavo semestre e as ações de extensão dentro do programa são de 3 tipos: dois projetos de extensão com duração de dois semestres (144 horas), um curso com um semestre (57 horas), um evento semestral (57 horas cada). A Presidente ressalta que, em termos de conteúdo, trata-se de ações voltadas para o campo privado da Administração. Na UFRN, o curso de Gestão de Políticas Públicas possui um regramento próprio para a extensão, qual seja, a Resolução n. 3/2018, de 24/4/2018, do Colegiado do Curso. As disciplinas de Ateliê foram transformadas em atividades integradoras de formação extensão e foram criadas as vivências públicas de extensão. Segundo a resolução: “Art. 4o - As atividades de extensão universitária estão inseridas na Estrutura Curricular do Curso de Gestão de Políticas Públicas, correspondendo às atividades integradoras de formação como ateliês de gestão de políticas públicas, extensão aplicada I, II, III, IV, V, VI e vivências públicas de extensão a serem cursadas pelos discentes da forma coletiva, preferencialmente do 1º ao 7º período em ambos os turnos de oferta, e desenvolvidas em ambiente externo à UFRN, conforme se observa no quadro descritivo desses componentes curriculares obrigatórios, presente no apêndice I desta resolução”. As vivências consistem em: “Art. 6o – No componente curricular Vivências Públicas de Extensão, a extensão universitária a ser desenvolvida consistirá em um Projeto de Extensão Universitária a ser elaborado e aplicado de forma coletiva pelos discentes tendo o docente como orientador e articulador que possibilite desenvolver o protagonismo dos discentes e a intervenção comunitária considerando a diversidade sociocultural, as desigualdades e desvantagens sociais além da troca de saberes. §1o - Os resultados das Vivências Públicas de Extensão deverão compor um Relatório e ser apresentados no final da Atividade, devendo a atividade ser avaliada pelo orientador da atividade para a validação de sua realização. § 2o - As atividades que deverão compor esse componente consistirão das seguintes etapas: seleção de uma comunidade; identificação de problema; diagnóstico do problema; identificação da técnica gerenciamento adequada à solução do problema; projeto de intervenção; resultados esperados ou alcançados.” A vivência pode ser substituída por participação em Projeto de extensão devidamente registrado, seja como voluntário ou como bolsista (art. 7º da Resolução 3/2018). A Presidente ressalta que parece não haver distinção entre a vivência e a participação em projeto de extensão. Além da reunião com PROEX e da análise dos documentos, foi providenciado questionamento a todos os docentes atuantes em APPP (inclusive os temporários) a respeito de quais disciplinas teriam possibilidade de transformar ou integrar algumas horas da carga horária em atividades de extensão. Neste íterim, os três docentes visitantes informaram que não enxergam possibilidade de integrar ou acrescentar horas de extensão às disciplinas sob seu encargo. A Presidente recorda que o grande obstáculo para o curso de APPP/UNILA é a deficiência do quadro de pessoal e o fato de que o turno do curso que é noturno. Foram realizados vários debates sobre o assunto no âmbito da Unila e do Campo de públicas (ex.: <https://youtu.be/-xgYSCCtzUI> e <https://youtu.be/nDHoDBEQLCI>) e as propostas sugeridas apresentam-se como de difícil implementação pelo curso de APPP da Unila. Prof. Lígia elaborou documento de proposta de integrar horas de extensão na disciplina de Elaboração e gestão de projetos públicos, que ficaria da seguinte forma:

Proposta do Plano de Ensino

Nome do Componente:	Elaboração e Gestão de Projetos Públicos - ADM0036 (ver se mudará código)
Carga Horária Total:	68
Total de Créditos:	4
Carga Horária Teórica:	34
Carga Horária Prática:	34
Carga Horária Ofertada em Extensão:	34
Ementa:	Definições de projetos públicos. Ciclos e fases de um projeto público. Ferramenta do Marco Lógico. Como elaborar um projeto público: 1ª Fase - Identificação e 2ª Fase - Elaboração. A parte prática da disciplina visa o protagonismo dos discentes em uma atividade extensionista por meio da elaboração de um projeto público que poderá contemplar uma Organização Pública, uma Associação ou uma



Comunidade de bairro. O envolvimento/participação da comunidade externa será por meio de: dar abertura para os discentes; expor suas demandas; aceitar que os discentes construam um projeto do qual será contemplada; disponibilizar um representante para contato na busca de subsídios, como dados e informações; e no recebimento da versão final do projeto fornecer uma declaração a equipe dos discentes.

Bibliografia Básica:

ARMANI, D. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009. (10 livros da Biunila)

CARVALHO, C. J. Introdução ao Estudo de Projetos (Unidade I, p. 9-32) IN: **Elaboração e gestão de projetos**. Florianópolis, UFSC, CAPES: UAB, 2016. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401155/1/Elaboracao_Gestao_Projetos-3ed-GRAFICA.pdf

DE TONI, J. Elaboração e Monitoramento de Projetos (Capítulo III, p. 139-175). IN: **Planejamento e elaboração de projetos: um desafio para a gestão no setor público**. Porto Alegre, 2003.

[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/39F91FA48FD37A0B032571C000441F95/\\$File/NT00032192.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/39F91FA48FD37A0B032571C000441F95/$File/NT00032192.pdf)

Bibliografia Complementar:

* CABRAL, E. H. S. Valores e Espaço Público: referenciais e instrumentos para avaliação de projetos sociais. **Revista de Administração Pública**, Nov/Dez, 2011.

Disponível: (* Talvez substitua essa referência)

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000600014&script=sci_abstract&tlng=pt

JÚNIOR, V. M. R.; GIROLETTI, D. A.; LIMA, R. J. C. Projeto ser Criança: avaliação e resultados. **Revista de Gestão e Projetos**, Jan/Abr, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/9687>

LINK, C. P.; SILVA, G.; BARICHELLO, R.; MAGRO, C. B. D. Fatores Críticos no Gerenciamento de Projetos Públicos Sustentáveis. **Revista de Gestão e Projetos**, Maio/Ago, 2020.

Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/17490/8449>

MOURA, J. A.; NOBRE, A. C. S.; NOGUEIRA, G. M. F. Gestão de Projetos Públicos no Governo Estadual do Rio Grande do Norte: análise de escritórios de projetos e contratos de gestão. **Revista de Gestão e Projetos**, Set/Dez, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/10965/5265>

PONTES, D. S.; OLIVEIRA, L. G. L.; VASCONCELOS, T. J. M. Os condicionantes de desempenho dos projetos estratégicos em um Tribunal de Justiça. **Revista de Gestão e Projetos**, Jan/Abril, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/9609>

Pré-requisitos:

Planejamento e Orçamento Público (5º Semestre)
(percebi a necessidade de mudar os pré-requisitos)

Oferta:

7º Semestre

Área:

Administração Pública

Objetivos:

- desenvolver a capacidade de elaborar projetos públicos;
- contribuir para que os discentes sejam os protagonistas de uma atividade de extensão.

Metodologia:

Na parte teórica: aulas expositivas dialogadas; orientações e esclarecimentos de dúvidas para a elaboração de um projeto público em equipes; devolutivas da primeira versão do projeto e da versão final.

Na parte prática (discentes): equipes buscam uma organização pública, associação ou comunidade de bairro que será contemplada para a elaboração do projeto; definem qual será o projeto público e iniciam



o esboço das duas fases; aprimoram e complementam as duas fases; mantêm contato o com o representante da organização pública, ou da associação ou comunidade de bairro, para buscar subsídios e informar sobre o andamento da construção do projeto; formalizam a entrega da versão final do projeto corrigido à organização pública, associação ou comunidade de bairro mediante declaração a ser entregue ao docente da disciplina para liberação da nota final no SIGAA.

No SIGAA serão postados materiais complementares para aprofundamento teórico que contribuirão para o desenvolvimento do Projeto Público.

Conteúdo Programático e Atividades:

Aulas	Data	Cronograma de Atividades
1		Apresentação do Plano de Ensino. Definições de projetos públicos.
2		Ciclos e fases de um projeto público.
3		Ferramenta do Marco Lógico. (Equipes formadas).
4		Como elaborar um projeto público: 1ª Fase - Identificação (situação/problema/oportunidade de intervenção; análise preliminar da viabilidade da ideia; atores envolvidos). <u>Prática</u> Equipes buscam organização pública, associação ou comunidade de bairro que será contemplada para a elaboração do projeto.
5		Como elaborar um projeto público: 2ª Fase - Elaboração (introdução; objetivo geral e específicos; justificativa; ações para cada atividade; proposição de resultados; premissas e fatores de risco). <u>Prática</u> Equipes devem definir qual será o projeto público e iniciam o esboço das duas fases.
6		Como elaborar um projeto público: 2ª Fase - Elaboração (indicadores e meios de verificação (qualitativos/quantitativos); análise do Marco Lógico; montagem do plano operacional; cálculo dos custos/investimentos de acordo com cronograma de atividades). <u>Prática</u> Equipes complementam o esboço das duas fases.
7		<u>Prática</u> Construção do Projeto Público. Equipes aprimoram o esboço da 1ª Fase. Equipes em contato com representante da organização pública, associação ou comunidade de bairro, para buscar subsídios e informar sobre o andamento da construção do projeto. Docente - Orientações e esclarecimentos de dúvidas.
8		<u>Prática</u> Construção do Projeto Público. Equipes aprimoram o esboço da 2ª Fase. Equipes em contato com representante da organização pública, associação ou comunidade de bairro para buscar subsídios e informar sobre o andamento da construção do projeto. Docente - Orientações e esclarecimentos de dúvidas.
9		<u>Prática</u> Construção do Projeto Público. Equipes continuam a aprimorar o esboço da 2ª Fase. Equipes em contato com representante da organização pública, associação ou comunidade de



		bairro para buscar subsídios e informar sobre o andamento da construção do projeto. Docente - Orientações e esclarecimentos de dúvidas.
10		<u>Prática</u> Construção do Projeto Público. Equipes finalizam a 2ª Fase. Equipes em contato com o representante da organização pública, associação ou comunidade de bairro para buscar subsídios e informar sobre o andamento da construção do projeto. Docente - Orientações e esclarecimentos de dúvidas.
11		Entrega de modo impresso da Primeira Versão do Projeto (1ª e 2ª Fases concluídas) por todas as Equipes (até 30% da Nota). Apresentação das Equipes 1, 2, 3 e 4 (até 30% da Nota para quem apresentar). Após as observações/devolutiva dessa versão do Projeto as Equipes farão os ajustes necessários.
12		Apresentação das Equipes 5, 6, 7 e 8 (até 30% da Nota para quem apresentar). Após as observações/devolutiva da primeira versão do Projeto as Equipes farão os ajustes necessários.
13		Apresentação das Equipes 9, 10, 11 e 12 (até 30% da Nota para quem apresentar). Após as observações/devolutiva da primeira versão do Projeto as Equipes farão os ajustes necessários.
14		<u>Prática</u> Equipes trabalham nos ajustes finais do Projeto, e se necessário, buscam mais subsídios.
15		Entrega do Projeto Final (modo impresso e postado no SIGAA) juntamente com a primeira versão do projeto corrigido - Equipes 1, 2, 3, 4, 5 e 6 (40% da Nota).
16		Entrega do Projeto Final (modo impresso e postado no SIGAA) juntamente com a primeira versão do projeto corrigido - Equipes 7, 8, 9, 10, 11 e 12 (40% da Nota).
17		Docente - Devolutivas dos projetos corrigidos <u>Prática</u> Equipes formalizam a entrega da versão final do projeto corrigido a organização pública, associação ou comunidade de bairro, mediante declaração a ser entregue ao docente da disciplina para liberação da nota final no SIGAA. Equipes definem se além da entrega do projeto farão uma apresentação oral. OBS: Porque não mencionei que será obrigatória a apresentação neste ponto? Pois fiquei pensando em como o docente irá acompanhar 12 apresentações (como a disciplina será aberta para 50 discentes, considere 12 equipes) fora do horário de aula (em distintos horários). DISCUTIR NO NDE: As disciplinas que englobarem a curricularização serão ofertadas a um número menor de discentes? Alejandra reforma que não é possível abrir para menos de 50 alunos.



	<p>Como ofertar a um número menor se os discentes serão obrigados a cumprir a carga horária de extensão? Alejandra responde que é possível pensar em ampliar a carga horária da disciplina, retirando-se horas das atividades complementares, por exemplo.</p> <p>Se for a um número menor de discentes, as disciplinas que englobarem a curricularização serão ofertadas duas vezes ao ano?</p> <p>As disciplinas que englobarem a curricularização serão ofertadas uma vez ao ano com dois professores? É necessário seguir a grade de cada semestre, mas pode ser interessante que cada disciplina extensionista seja ministrada por 2 ou 3 docentes, caso contrário será muita sobrecarga de trabalho para apenas 1 docente</p> <p>Talvez após novas reflexões tenha de ajustar as atividades descritas, pois esta é uma proposta de Plano de Ensino.</p>
<p>Crerios de Avaliao da Aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none">- Primeira Verso do Projeto (PVP) - 30% da Nota- Apresentao do Projeto (AP) - 30% da Nota para quem apresentar- Projeto Final (PF) - 40% da Nota <p>As notas do PVP e AP sero publicadas via edital no SIGAA.</p> <p>Mdia Final: somatrio PVP + AP + PF, ser liberada mediante declarao da organizao pblica, associao ou comunidade de bairro que recebeu o Projeto por parte dos discentes.</p>	
<p>Atividade de Recuperao:</p> <p>Discutir no NDE, pois toda disciplina deve ter atividade de recuperao.</p>	

Prof. Alejandra elaborou documento contendo descrio do procedimento que deve ser seguido para curricularizao da extenso e proposta de mudana do PPC. At maio de 2022 os PPCs devem ser encaminhados ao DENDC/PROGRAD, de forma que at dezembro estejam atualizados. O trmite envolve: NDE – Colegiado – Centro Interdisciplinar – CONSUNI – DENDC/PROGRAD – PROEX – COSUEN. Formas possveis de curricularizar: I. Disciplinas mistas ou exclusivas de extenso, as quais podero ser obrigatrias, optativas ou livres; II. Atividades Curriculares de Extenso: cursos, oficinas, prestao de servios, eventos, projetos ou programas relacionados com a rea de formao e perfil do egresso do curso; III. Atividades Curriculares de Extenso Livres: cursos, oficinas, prestao de servios, eventos, projetos ou programas das diversas reas de conhecimento; IV. Como composio dos itens I a III. Proposta: O curso tem 3.689 horas, destas 10% precisam se tornar Extenso: 368 horas. Destas, at 20% podem ser livres para o(a) discente cumprir em atividades que no sejam ofertadas pelo curso. Desta forma, podemos retirar 68h (na verdade 20%, seriam 73,9h). portanto, teramos que utilizar 300 horas em ACEx's (atividade acadmica de extenso). e necessrio diversificar as 300 horas e, principalmente, envolver todos os docentes do curso. No caso das disciplinas existentes que podem ter insero de horas de extenso, h desafios: a) que sejam ministradas por mais de 1 docente para distribuir a carga de trabalho; b) ampliar a carga horria para mais de 68h para ter tempo de discutir a parte teórica e a dedicao na extenso. No caso de se ampliar a carga horria podemos retirar horas de Atividades Acadmicas Complementares, para inserir horas de extenso nas disciplinas extensionistas, de forma a no ampliar a carga horria do curso. Por outro lado, podem ser criadas 2 disciplinas extensionistas obrigatrias, retirando algumas das disciplinas optativas. Se optarmos por disciplinas, temos que levar em conta as horas que sero dedicadas a extenso, por exemplo, no caso de inserir extenso em disciplinas existentes, se dedicarmos 34h, com 2 disciplinas obrigatrias existentes j teramos 68h. No caso de criao de 2 disciplinas extensionistas, cada uma teria 68h. Total de disciplinas: 204 horas. Ainda, esto faltando: 96h de extenso. A terceira hiptese seria a criao de um programa guarda-chuva amplo, pelo



qual diversas ações (cursos, oficinas, projetos) seriam desenvolvidas. Neste caso, é preciso planejar as atividades e distribuí-las ao longo dos semestres, totalizando 96h distribuídas nos 9 semestres. Exemplo de redação (conforme orientação PROEX): “Considerando as modalidades previstas pela Resolução 01/2021/COSUEN, o curso pretendo criar o Programa/Projeto XX, que possibilitará a participação dos estudantes de diferentes semestres, inclusive de outros cursos. Este Programa/Projeto possuirá diferentes ações de extensão (cursos, eventos, oficinas, prestação de serviços), de modo que será dinâmico e poderá ser modificado a cada ano. Além disso, poderão ser curricularizadas as ações de extensão desenvolvidas por docentes do curso, que estejam de acordo com a formação de egressos dentro do perfil desejado deste curso.” Total de disciplinas: 204 horas; Total de Programa guarda-chuva: 96h; Total: 300h sob responsabilidade do curso; Total livres: 68h (18,7%); TOTAL HORAS DE ACEX: 368H. A Presidente questiona os demais membros do NDE a respeito de propostas para adaptar o PPC de APPP aos ditames da resolução sobre curricularização da extensão na Unila. Lígia explica que após participar do evento SEUNI da UNILA, no qual foi debatida a curricularização da extensão, ficou com dúvidas a respeito da sua proposta de mudança do plano de ensino de Elaboração e gestão de projetos públicos. No evento, a pró-reitora explicou que era necessário que a disciplina que integrasse extensão fosse ofertada de forma contínua e permanente. Não se sabe se isso significa que todos os semestres de APPP teria que ser ofertada a referida disciplina. Além disso, se é obrigatório que a oferta seja para 50 discentes, como operacionalizar a disciplina? A pró-reitora mencionou que a apresentação dos resultados da extensão terá que ser externa, junto à comunidade, possivelmente fora do horário de aula e com custos de transporte. Isso significaria que o docente e discentes também terão que arcar com todos os custos desta disciplina de extensão? Surgiram novas preocupações com relação à inserção da extensão nas disciplinas obrigatórias. O palestrante Helder afirmou que há necessidade de ressignificação social do conteúdo das disciplinas, no caso de inserção de extensão em disciplina obrigatória. Questiona se não seria melhor criar um Programa, sob o qual deve haver um projeto e duas ações; ou criar disciplina diferente de extensão, de forma diversa da pensada inicialmente para Elaboração e gestão de projetos públicos. Alejandra explica que os resultados da extensão devem ser públicos, mas não necessariamente devem ser apresentados junto à sociedade/comunidade/órgão. Também ressalta que é preciso fazer uma movimentação com as organizações parceiras para garantir que os alunos tenham lugares para fazerem as pesquisas/levantamentos. Eduardo explica que a oferta contínua e permanente deveria ser considerada como uma redundância, não faz sentido que haja necessidade de abertura de reofertas, se a disciplina é prevista para o 1º semestre, é neste que deve ser ofertada. Eduardo considera que sob a perspectiva dos docentes, é melhor que a extensão seja ofertada em projetos e não em disciplinas, mas para os discentes o melhor é que haja oferta de disciplinas de extensão, pois não haverá projetos de extensão suficientes para absorver 50 discentes por turma. Haverá um número grande de discentes sem a possibilidade de cursar as horas de extensão. Encaixar a extensão em disciplinas obrigatórias parece muito mais seguro para que os discentes possam se formar. Os projetos de extensão que Eduardo conhece, já realizou, não têm condão de absorver muitos alunos. Com relação ao ciclo comum, Eduardo afirma que a proposta de reforma do ciclo comum tramitou por muitos anos e está chegando agora nas instâncias superiores. Eduardo pensa que o melhor é trabalhar com a perspectiva de inserir a extensão nas disciplinas. Alejandra relata que já pensou que a melhor solução seria criar as disciplinas, depois concluiu que o melhor seria ter um programa. Depois de participar dos eventos nos quais foi debatida a curricularização da extensão, percebeu que não vislumbra disciplinas – entre aquelas que ministra – que possam açambarcar a extensão. Outro tema delicado é enviar o discente para campo, há o problema dos custos e a questão do processo contínuo e dialógico de aprendizado. Não basta ir à comunidade levantar dados, é preciso aprender com a comunidade e há um processo para apresentação dos resultados. A prof. Lindjane da UFRN comentou no evento do campo de públicas que há um grande número de instituições parceiras, com parceria já institucionalizada. Pensa que é difícil transformar disciplinas que já existem em extensão, pensa que a saída seria pensar em disciplinas extensionistas e nos programas, mas concorda que em relação aos componentes curriculares livres será muito difícil que os discentes possam preencher créditos em outros



cursos, tendo em vista que os outros cursos também estarão preocupados em absorver os seus próprios discentes. Eduardo retoma a discussão e questiona como são as disciplinas optativas. Também apresenta inquietações em relação aos custos para os discentes realizarem estas atividades, muitos dos quais sequer conseguem cobrir os custos de locomoção até a faculdade. Acredita que ficará a cargo do próprio discente, considerando que a norma sobre extensão está sendo imposta. A Presidente relata suas dúvidas a respeito do conteúdo das atividades extensionistas no âmbito da área do curso. Na área do Direito, por exemplo, uma atividade extensionista que pode ser vislumbrada é a do escritório modelo de assistência jurídica gratuita, que, na realidade compõe o componente de estágio curricular obrigatório e é desta forma contabilizada. Não imagina como criar atividades extensionistas que não configurem uma consultoria e outras formas que não são recomendadas. Tem dúvidas também com relação ao título: se se trata de componente curricular de extensão ou disciplina de extensão, no evento SEUNI foi relatado que não poderia se chamar “disciplina de extensão”. Questiona se não é possível agregar horas de extensão à disciplina obrigatória já existente (como, por exemplo, na disciplina de Elaboração e gestão de projetos públicos), atribuindo mais créditos, sem prejudicar os 4 créditos teóricos já previstos para a obrigatória. Concorda com Eduardo que a melhor solução aparenta ser o remanejamento de horas de atividades acadêmicas complementares e de disciplinas optativas, transformando essas horas em disciplinas que comportem carga horária alta de extensão. Questiona se não seria possível diminuir a carga horária total do curso. Eduardo sugere como encaminhamento a transformação de algumas optativas em disciplinas de extensão. Alejandra afirma que o ideal é não mexer com a carga horária do curso, mas remanejar a carga horária já existente, por exemplo, das disciplinas optativas. Lígia menciona que seria preciso questionar a Universidade a respeito da possibilidade de ter dois docentes encarregados da disciplina extensionista, tendo em vista que nas disciplinas de Ateliê foi muito complexo conseguir que haja dois docentes encarregados pelo componente. Neste caso, foi necessário criar duas turmas. Surge a dúvida a respeito de como comprovar que o discente efetivamente esteve em campo realizando a atividade de extensão, como haveria atribuição de nota para esta disciplina extensionista. É preciso ter algum tipo de controle das atividades, muito embora a PROEX ressalte que é indispensável o protagonismo dos discentes. Há muita preocupação com a garantia da qualidade desta atividade, ainda mais em se tratando de disciplina obrigatória. Questiona-se também a originalidade dos projetos e ações, considerando que a extensão terá que ser permanente. Chegará o momento em que a originalidade estará esgotada, já que cada projeto tem autoria. Os membros do NDE debatem as formas de controle, de comprovação e da apresentação dos resultados. Diante dos vários impasses, a prof. Lígia retira a sua proposta de inserção da extensão na disciplina de Elaboração e gestão de projetos públicos e o NDE deverá deliberar sobre outras formas diversas de curricularizar a extensão. Define-se que o NDE deverá reunir-se novamente em fevereiro de 2022. Nada mais havendo, encerrou-se a reunião e esta ata é assinada por mim, Profa. Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski e pelos demais membros presentes.

Eduardo Fava Rubio: _____

Lígia Maria Heinzmann: _____

Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski: _____

Maria Alejandra Nicolás: _____



Emitido em 29/11/2021

**ATA DE REUNIÃO Nº 29/2021 - CAPP (10.01.06.02.04.03.03) Serviço Público Federal
(Nº do Documento: 3)**

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/11/2021 18:50)

EDUARDO FAVA RUBIO
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
ILAACH (10.01.06.01.04)
Matrícula: ###661#0

(Assinado digitalmente em 30/11/2021 13:06)

LIGIA MARIA HEINZMANN
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
ILAESP (10.01.06.02.04)
Matrícula: ###244#8

(Assinado digitalmente em 30/11/2021 12:56)

MARIA ALEJANDRA NICOLAS
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
PPGPD (10.01.06.02.04.05)
Matrícula: ###958#5

(Assinado digitalmente em 30/11/2021 12:31)

MARIA LUCIA NAVARRO LINS BRZEZINSKI
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
ILAESP (10.01.06.02.04)
Matrícula: ###394#7

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2021**, tipo:
ATA DE REUNIÃO, data de emissão: **30/11/2021** e o código de verificação: **b99652bd04**